

O Direito de Caça

Em França, o direito de caça é um dos direitos de uso associados ao direito de propriedade.

No entanto, é regido pelo artigo 420-3 do Código do Ambiente. Pode igualmente ser regido pela lei no interesse geral.

O direito de caça decorre, portanto, do direito de propriedade do proprietário florestal. Em caso de venda da propriedade de caça, o direito de uso está automaticamente incluído na venda.

EM FRANÇA, O DIREITO DE CAÇA ESTÁ, POIS, VINCULADO À POSSE DO SOLO.

Os caçadores podem, contudo, caçar em qualquer propriedade, salvo proibição expressa do proprietário.

Um proprietário fundiário tem automaticamente o direito de caçar no seu próprio terreno. Nos termos da regulamentação da caça, o proprietário pode ceder o seu direito de caça a terceiros, quer mediante a locação do seu direito de caça, quer mediante a cessação voluntária desse direito a uma associação de caça, comunal ou privada.

Esta cedência do direito de caça pode mesmo ser obrigatória, porquanto a lei impõe a criação de associações comunais de caça aprovadas (ACCA), cujas bases foram lançadas pela Lei Verdeille.

O DIREITO DE CAÍŠAR

A caÍŠa Ā© uma atividade regida pelo CĀºdigo Rural e pelo CĀºdigo do Ambiente. O contrato de locaÍŠĀŁo de caÍŠa Ā© um instrumento que permite clarificar os direitos e deveres de cada uma das partes. O direito de caÍŠa pertence ao proprietĀrio. O Ā«locadorĀ» (proprietĀrio titular do direito de caÍŠa) arrenda o seu direito de caÍŠa a um Ā«locatĀrioĀ».

O locatĀrio, que Ā© uma pessoa singular ou coletiva, aluga o direito de caÍŠa que lhe confere o direito de caÍŠar nas terras do locador.

“

Ā%o importante distinguir o direito de caÍŠa, por um lado, do direito de caÍŠar, por outro.

O direito de caÍŠar estĀ definido com um direito concedido por um proprietĀrio ou titular de um direito de caÍŠa a uma pessoa que pretende caÍŠar numa determinada propriedade. Na realidade, Ā© estabelecida uma relaÍŠĀŁo pessoal entre o titular do direito de caÍŠa e a pessoa autorizada a caÍŠar, que nĀŁo pode, em circunstĀncia alguma, ceder essa autorizaÍŠĀŁo a outra pessoa.

O direito de caÍŠar pode ser objeto de um contrato de locaÍŠĀŁo de caÍŠa (que consiste num contrato a favor de uma pessoa singular ou coletiva determinada e por um perĀodo de tempo determinado).

CONDIÍŠĀŁES A SATISFAZER PARA TER O DIREITO DE CAÍŠAR

- > Ter a faculdade ou autorizaÍŠĀŁo de caÍŠa num terreno determinado.
E
- > Ser titular dos seguintes documentos:
- > Uma licenĀŁa de caÍŠa vĀlida para o ano cinegĀtico em curso **ou**
- > Uma autorizaÍŠĀŁo para caÍŠar acompanhado **e**
- > Estar na posse de um comprovativo da subscriÍŠĀŁo de um seguro de responsabilidade civil.

Incapacidades jurĀdicas previstas na regulamentaÍŠĀŁo da caÍŠa

- > Ter menos de 16Ā anos de idade
- > Ser menor nĀŁo emancipado com mais de 16Ā anos, salvo se a validaÍŠĀŁo for solicitada pelo menor ou pelos seus pais ou tutores
- > Pessoa interdita, salvo se o juiz com competĀncia em matĀria de tutelas a tiver autorizado a caÍŠar
- > Se tiver sido deduzida oposiÍŠĀŁo Ā prĀtica da caÍŠa nos seus bens
- > Em caso de privaÍŠĀŁo dos direitos cĀvicos, civis ou de famĀlia por decisĀŁo judicial



O CONTRATO DE LOCAÇÃO DE CAÇA

Decreto n.º 2015-260 de 4 de março de 2015 relativo à exploração da caça nos bosques e florestas do Estado

O contrato de locação de caça é um contrato celebrado entre um proprietário fundiário e uma pessoa singular ou coletiva e que tem por objeto a locação, por um período de tempo determinado, do direito de caça na propriedade designada no contrato. Este direito pode ser aplicável a todos os modos de caça ou ser limitado a apenas um (montaria, por exemplo).

Apenas o proprietário pode ceder a um locatário o direito de caça por um período de tempo determinado. Através do contrato, pode ser cedido ao locatário o direito integral, do qual pode fazer beneficiar terceiros. É conveniente registar o contrato, a fim de o tornar oponível a terceiros, designadamente à administração, no âmbito de um pedido de plano de caça.

A AUTORIZAÇÃO DE CAÇAR

É importante não confundir a autorização de caçar com o direito de caça.

Aliás, em caso de contestação de uma autorização «tácita» de caçar sobre quem alega possuí-la que recai o ônus da prova. Nesta caso, constituindo meras tolerâncias, as autorizações tácitas de caçar podem ser retiradas a qualquer momento por qualquer das partes.

Assim, por exemplo, um caçador não pode invocar uma autorização tácita de caçar para requerer à administração a emissão de um plano de caça.

“

Ninguém tem a faculdade de caçar numa propriedade sem o consentimento do proprietário ou do titular do direito de caça.

Em França, o direito de caça está vinculado à posse do solo, embora se admita a prática da caça em qualquer local, salvo em caso de proibição formal do proprietário.

Ainda segundo a regulamentação da caça, a caça em terreno de terceiro sem a autorização do proprietário ou do titular do direito de caça é passível da multa prevista para as contravenções de 5.ª classe, ou seja: 1.500 €, -.

A Forêt Investissement é uma agência que o aconselha na escolha de uma propriedade de caça. Com a possibilidade de compra e venda de terrenos destinados à prática da caça, a Forêt Investissement ajuda-o a procurar e a seleccionar o seu bem em função dos seus hábitos de caça.